

Resumo

Este artigo discute o papel do *compliance* anticorrupção na mitigação do risco de sanção pela Lei 12.846/2013, a chamada Lei Anticorrupção. Ao estabelecer sanções administrativas, que independem da condenação judicial, essa lei reduz os danos causados pela prática de atos de corrupção pública ao criar uma alternativa ao processo penal que evita que o decurso do tempo impeça a reparação do prejuízo. No entanto, ela prevê a possibilidade de redução das penalidades para empresas que demonstrem dispor de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, além da aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. Depois de contextualizar a norma, busca-se aqui definir em que medida o *compliance* anticorrupção, além de prevenir ilícitos, pode ensejar a redução de sanções à pessoa jurídica e até mesmo afastar a responsabilização criminal de seus administradores.

Palavras-chave: *Compliance* anticorrupção. Processo penal. Sanções administrativas. Delimitação de responsabilidades.

Abstract

This article discusses the role of anti-corruption compliance in mitigating the risk of sanctions by the so-called Anti-Corruption Act (Federal Law 12.846/2013). In establishing administrative sanctions independent of judicial conviction, this law reduces the damage of acts of public corruption, the alternative to criminal proceedings avoiding that passing deadlines hampers redress. However, it provides for the possibility of reducing penalties for firms that demonstrate internal mechanisms and procedures for integrity, auditing and incentive to report irregularities, in addition to effective application of codes of ethics and conduct. After contextualizing the norm, it is sought here to define the extent to which anti-corruption compliance, in addition to preventing illicit acts, may lead to reduction of sanctions against the firm and even to remove the criminal responsibility of its administrators.

Keywords: *Anti-corruption compliance. Criminal procedure. Administrative sanctioning system. Delimitation of responsibilities.*

Introdução

Diante de uma realidade de expansão do Direito Penal, com a proliferação de tipos omissivos e de perigo abstrato, voltados para condutas que representam meros desvios de normas, e de uma estratégia legislativa que inclui o estabelecimento de garantidores ou *gatekeepers* (HAENSEL, 2014), a efetividade do *compliance* torna-se um requisito para evitar ou, ao menos, mitigar o risco de sanções administrativas às empresas e de responsabilização criminal de seus administradores.

O presente artigo discute o papel do *compliance* anticorrupção na delimitação de responsabilidades e na mitigação do risco de sanção pela chamada Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013 (BRASIL, 2013a), que decorre de tratados firmados pelo Brasil no plano da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹ (BRASIL, 2000), da Organização das Nações Unidas (ONU)² (BRASIL, 2006) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)³ (BRASIL, 2002). A Lei Anticorrupção estabelece a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas pelos atos lesivos nela previstos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, sem afastar a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou

1 Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997, ratificada pelo Brasil pelo Decreto 3.678/2000 (BRASIL, 2000).

2 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003, ratificada pelo Brasil pelo Decreto 5.687/2006 (BRASIL, 2006).

3 Convenção interamericana contra a corrupção, aprovada pelo Decreto Legislativo 152, de 25 de junho de 2002, e promulgada pelo Decreto Presidencial 4.410/2002 (BRASIL, 2002).

partícipe do ato ilícito. No entanto, ela prevê a possibilidade de redução das penalidades para empresas que demonstrem possuir mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, além da aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (art. 7º, VIII).

O Decreto 8.420/2015 (BRASIL, 2015c), que regulamentou a Lei Anticorrupção, define 16 critérios para avaliação de um programa de *compliance*, mas prevê que, na avaliação de microempresas e de empresas de pequeno porte, serão reduzidas as formalidades dos parâmetros de avaliação estabelecidos em seu art. 42. É, portanto, interessante, especialmente para orientação das empresas que busquem estabelecer mecanismos e procedimentos internos de *compliance*, aprofundar o significado desses critérios. Para isso, se desenvolve aqui um estudo da Portaria CGU 909/2015 (BRASIL, 2015a), que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas,⁴ bem como do guia *Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas* (BRASIL, 2015b), divulgado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 22 de outubro de 2015.

Depois de uma breve contextualização na seção seguinte, na terceira seção é feita a análise do Decreto 8.420/2015, da portaria e do guia supramencionados. A quarta seção tem como foco apontar as consequências esperadas da implantação de um programa de *compliance* atendendo aos requisitos estudados. A quinta seção conclui o artigo.

⁴ Vale registrar, ainda, a Portaria Conjunta CGU/SMPE 2.279/2015, publicada no *Diário Oficial*, em 10 de setembro de 2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de microempresa e de empresa de pequeno porte.

O atual cenário brasileiro: as críticas doutrinárias à expansão do direito penal e a opção do legislador pelas sanções administrativas

Pouco depois da conclusão do julgamento da Ação Penal (AP) 470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013, com a condenação dos envolvidos no escândalo do “mensalão”,⁵ a imprensa do Brasil voltou sua atenção para a Operação Lava-Jato, deflagrada em 17 de março de 2014.

Observe-se que, na data dos fatos descritos na denúncia que deu origem à AP 470, ainda não havia, no cenário legislativo, a Lei 12.850/2013 (BRASIL, 2013b), que, conforme seu art. 1º, “define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas (crime e contravenção penal) e o procedimento criminal a ser aplicado”.

De acordo com o parágrafo primeiro desse artigo,

considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente,

⁵ No dia 22 de abril de 2013, foi publicado o acórdão do julgamento da AP 470, com 8.405 páginas. O julgamento da AP 470 foi o mais longo da história do STF. Foram necessárias 53 sessões plenárias para julgar o processo contra 38 réus. Quando começou a ser julgada, a ação contava com 234 volumes e 495 apensos, que perfaziam um total de 50.199 páginas. Dos 38 réus, 25 foram condenados e 12 foram absolvidos. Ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=236494>.

com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013b).

Tal norma, contudo, já serviu de base para medidas adotadas na chamada Operação Lava-Jato, que, com base no depoimento de um ex-diretor da Petrobras entre 2004 e 2012, visando esclarecer por que um veículo havia sido comprado em seu nome por um doleiro, acabaram levando à descoberta de um esquema de corrupção que veio a ser denominado “petrolão”.

Diante do precedente do “mensalão”,⁶ os investigados pela Lava-Jato e por outras operações policiais já tinham ciência de que a omissão no cumprimento de regras de *compliance* pode ser suficiente para levar a condenações por lavagem de dinheiro e por crimes contra o sistema financeiro nacional, tais como o delito de gestão fraudulenta: o dolo seria depreendido a partir de elementos objetivos como a ocupação de determinado cargo em organograma empresarial e a participação formal em atos, “como decorrente do dever de controle e fiscalização que está incumbido em razão de sua posição hierárquica” (RUIVO, 2013).

No plano do Direito Positivo, é possível a condenação dos administradores de instituições financeiras, pela aplicação do disposto no art. 13, § 2º, do Código Penal, quando, na posição de garante, estão sujeitos a responder pela violação de dever legal (conduta omissiva imprópria), ou do disposto no art. 29, quando se verifica que contribuíram para a realização do delito por sua omissão (participação).

6 A teoria adotada naquele precedente do Supremo ficou conhecida como “cegueira deliberada” (*willful blindness*).

Além desses dispositivos legais, muitas são as teorias que se prestam a justificar a responsabilização de quem não realiza diretamente determinado tipo penal e que, segundo as teorias tradicionais de imputação, não estaria sujeito à norma penal (ALMEIDA, 2013). Outra tendência que se verifica é a da responsabilização penal da pessoa jurídica.

A doutrina penalista clássica, que analisa tal cenário tomando por base critérios de imputação clássicos e princípios tradicionais do Direito Penal (como o da intervenção mínima, que se baseia nos pressupostos da subsidiariedade, da fragmentariedade e da *ultima ratio*), questiona a legitimidade da intervenção penal em face de condutas que carecem de clara lesividade, ou que representam meros desvios de padrões de conduta.

O que se verifica, contudo, é que, apesar das críticas, a jurisprudência não tem questionado a legalidade e/ou constitucionalidade de tipos penais que não exigem resultado naturalístico, chegando a mitigar a exigência de que as denúncias narrem de forma minudente as condutas quando imputados delitos societários, valendo transcrever ementa de precedente do STF nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA. NÃO CONHECIMENTO. AÇÃO PENAL. DELITO SOCIETÁRIO. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. DENÚNCIA GENÉRICA. INÉPCIA. INOCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO ART. 41 DO CPP. SUFICIENTE DESCRIÇÃO DO FATO TIDO COMO CRIMINOSO. PODER DE GESTÃO NA PESSOA JURÍDICA. INDÍCIO MÍNIMO DE AUTORIA. NÃO CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. Não se admite habeas corpus substitutivo de recurso ordinário, sob pena de ofensa ao regramento do sistema recursal previsto na Constituição Federal.

2. **Não há abuso de acusação na denúncia que, ao tratar de crimes de autoria coletiva, deixa, por absoluta impossibilidade, de esgotar as minúcias do suposto cometimento do crime.**

3. Há diferença entre denúncia genérica e geral. Enquanto naquela se aponta fato incerto e imprecisamente descrito, na última há acusação da prática de fato específico atribuído a diversas pessoas, ligadas por circunstâncias comuns, mas sem a indicação minudente da responsabilidade interna e individual dos imputados.

4. Nos casos de denúncia que verse sobre delito societário, não há que se falar em inépcia quando a acusação descreve minimamente o fato tido como criminoso.

5. **O poder de gestão configura indício mínimo da autoria das práticas delitivas realizadas, em tese, por meio de pessoa jurídica.**

Habeas corpus não conhecido. (BRASIL, 2015d, grifos nossos).

A propagação dos delitos de perigo reflete o surgimento de novos bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal, com uma antecipação de suas fronteiras. Há muitos defensores dessa expansão do Direito Penal, no que tange aos chamados crimes do colarinho branco. Conforme Machado e outros (2005, p. 146):

Segundo Schünemann a criminalidade se projeta a partir da empresa. Essa modalidade de atuação encontra na

empresa o centro da imputação penal. Sendo a empresa o mais importante sujeito da vida socioeconômica e política, a possibilidade de sua sujeição à tutela punitiva do Estado não é mais do que o outro lado da moeda da dimensão que alcançou como sujeito ativo de direitos.

A importância dessa extensão se nota em Sutherland (1949, p. 9) a respeito dos crimes de colarinho branco, definidos como aqueles “cometidos por pessoas respeitáveis, e de alta posição social, no exercício de suas ocupações”.

A proteção de bens jurídicos, em vez de limitar a amplitude das sanções penais, transforma-se em um mote para o legislador criar novos tipos penais ou mecanismos diversos também voltados a responder aos anseios da população (HASSEMER, 2011). Nesse sentido, o contexto de manifestações de rua que eclodiram a partir de meados de 2013 no Brasil teve direta influência na aprovação da chamada Lei Anticorrupção.

Para Schünemann (1998), a abundância de produção teórica dos últimos anos fornece ao legislador uma gama ampla de teorias pouco coerentes, permitindo-lhe recorrer, sem uniformidade, à que lhe pareça mais conveniente diante do caso a regular. Aponta este autor que o mesmo ocorre com a jurisprudência: adota-se “um viés prático, tendo em vista a utilidade de determinada interpretação teórica para a resolução do caso”.

O Direito de Intervenção e o Direito de Duas Velocidades, propostos por Hassemer (1994) e Silva Sanchez (2002), respectivamente, são respostas à inquietude da doutrina tradicional.

A noção de um Direito de Intervenção, que se extrai de Hassemer (1994), conforme nota Oliveira (2012, 2013), aproxima-se da administrati-

zação do Direito Penal, que vem sendo observada no Brasil nos últimos anos.

Oliveira (2012, p. 69), transcrevendo lição de Bottini (2007), ressalta que a crítica mais contundente contra o Direito de Intervenção refere-se ao caráter classista de sua proposta, “que direciona o Direito Penal ao delinquente tradicional, oriundo das camadas marginalizadas da população, enquanto o afasta das condutas perpetradas pelas classes dominantes e mais abastadas”.

Apesar da relevância desse argumento, convém notar que os crimes econômicos, em geral, costumam ser cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa. Isso justifica a substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direito, quando a pena aplicada for inferior a quatro anos (art. 44 do Código Penal). Admite-se a substituição, mesmo para condenados reincidentes, caso o julgador considere a medida socialmente recomendável e que a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime (art. 44, § 3º, incluído pela Lei 9.714/1998) (BRASIL, 1998a).

Assim, como o principal traço de diferenciação das sanções penais em relação às administrativas é a possibilidade de privação da liberdade, em relação aos ilícitos no âmbito empresarial, a distinção entre os dois ramos do direito se torna tênue.

Em vez de sugerir um novo ramo do Direito, intermediário entre o Direito Penal e o Direito Administrativo, Silva Sanchez (2002) aponta para uma segunda velocidade do Direito Penal que seria aplicável aos ilícitos identificados no âmbito empresarial.

Buscando confirmar sua hipótese “de que certas manifestações do Direito Administrativo Sancionador nos dias atuais seriam, em alguns aspectos, a materialização (não planejada) do Direito de Inter-

venção”, Oliveira (2012, p. 87) traça uma análise das características da sanção administrativa em cotejo com as características da sanção penal e observa que “hoje há um cenário de sobreposição no qual podemos verificar que a transferência de um tipo penal para o Direito Administrativo sancionador não significa a descriminalização da conduta, senão o reforço da norma penal” e, ainda, que “muitas vezes a incorporação de proibições administrativas ao catálogo de sanções penais não reflete a eliminação dessa conduta do conjunto do Direito Administrativo sancionador” (OLIVEIRA, 2012, p. 91).⁷

As alterações promovidas na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998) e na Lei Anticorrupção (Lei 12.683/2012), no espírito de Silva Sanchez (2002), visam prevenir crimes, reforçando a percepção de risco de sanções, ainda que não penais.

Os mecanismos administrativos previstos nessas leis reforçam a repressão a crimes que o Estado tem dificuldades para coibir, chegando a prever multas mais severas aos *gatekeepers* do que ao autor do delito de lavagem (BARROS, 2007).

Com a Lei Anticorrupção, o Estado busca se valer de sanções administrativas para coibir e reparar os danos causados pela prática de atos contra a administração pública, definindo a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, previstos de forma taxativa em seu art. 5º:

7 No capítulo 5 da obra mencionada, a autora analisa a severidade das sanções administrativas previstas na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (BRASIL, 1992) e na Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, Lei 9.613/1998 (BRASIL, 1998b), com as alterações da Lei 12.683/2012 (BRASIL, 2012), além de analisar o caso da empresa Siemens, que recebeu condenações penais nos Estados Unidos da América (EUA) e foi punida administrativa e criminalmente na Alemanha.

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Além da previsão de sanções de aplicação mais ágil do que as sanções penais, a Lei Anticorrupção também aposta na possibilidade de a pessoa jurídica responsável pela prática do ato lesivo celebrar um acordo de leniência com a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública respectiva.

A possibilidade de redução da pena pelo arrependimento não é uma novidade. No Código Penal, há duas previsões nesse sentido:

Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

(...)

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

(...)

III - ter o agente:

(...)

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as

consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.

No Direito Comparado, porém, uma novidade relativamente recente pode ter inspirado o legislador brasileiro. Em julho de 2010, entrou em vigor nos EUA o Dodd–Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act (Dodd-Frank), lei federal elaborada no contexto do caso Bernard Madoff, que cria regras a serem implementadas por diversas agências do governo norte-americano, em especial pela Securities & Exchange Commission (SEC), correspondente à nossa Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre elas um programa de recompensa para *whistleblowers*: pessoa ou grupo de pessoas que denuncia às autoridades irregularidades cometidas em uma empresa. Já regulamentado, o programa vem acompanhado de dispositivos antirretaliação.

Embora os benefícios previstos na Lei Anticorrupção brasileira não sejam tão generosos quanto os atualmente previstos nos EUA, para fazer jus à celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica infratora deve colaborar efetivamente com as investigações e com o processo administrativo de responsabilização, permitindo a identificação dos demais envolvidos na infração, se aplicável, e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração. A regulamentação da lei previu, ainda, no inciso IV do art. 37 do Decreto 8.420/2015, que o acordo de leniência conterà, entre outras disposições, cláusulas que versem sobre a adoção, a aplicação ou o aperfeiçoamento de um programa de integridade.

Nas seções a seguir, buscar-se-á demonstrar em que medida o *compliance* anticorrupção, além de prevenir ilícitos, pode ensinar a redução de sanções que venham a ser impostas à pessoa jurídica e até

mesmo afastar a responsabilização criminal de seus administradores, mediante a delimitação de responsabilidades no âmbito das empresas e a apuração interna de desvios de conduta.⁸

A regulamentação do art. 7º, inc. VIII, da Lei de Anticorrupção

Usa-se aqui a expressão *compliance* para se referir ao que o legislador brasileiro chama de conformidade ou integridade. Nesse sentido, vale transcrever o art. 41 do Decreto 8.420/2015:

Programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

O referido decreto regulamentou a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, de que trata a Lei Anticorrupção, prevendo que a apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas na lei será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Estabeleceu, ainda, critérios para a dosimetria dessas sanções, prevendo em seu art. 18 que a pessoa jurídica poderá ser beneficiada

⁸ Dado o recorte proposto para o presente estudo e para não estender esta revisão preliminar do tema, para outros aspectos da Lei Anticorrupção, ver Greco Filho e Rassi (2015), Bittencourt (2015) e Carvalhosa (2015).

com reduções dos valores das multas, correspondentes aos seguintes percentuais do faturamento bruto da pessoa jurídica do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos:⁹

I - um por cento no caso de não consumação da infração;

II - um e meio por cento no caso de comprovação de ressarcimento pela pessoa jurídica dos danos a que tenha dado causa;

III - um por cento a um e meio por cento para o grau de colaboração da pessoa jurídica com a investigação ou a apuração do ato lesivo, independentemente do acordo de leniência;

IV - dois por cento no caso de comunicação espontânea pela pessoa jurídica antes da instauração do PAR acerca da ocorrência do ato lesivo; e

V - um por cento a quatro por cento para comprovação de a pessoa jurídica possuir e aplicar um programa de integridade, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo IV.

Outra referência ao programa de integridade está no inciso IV do art. 37 do Decreto 8.420/2015:

Art. 37. O acordo de leniência conterá, entre outras disposições, cláusulas que versem sobre:

⁹ A multa pode chegar a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos; ou três vezes o valor da vantagem pretendida ou auferida. A CGU editou, em dezembro de 2018, um *Manual Prático de Cálculo de Multa no PAR* (BRASIL, 2017).

IV - a adoção, aplicação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo IV.

O capítulo IV do mesmo decreto regulamentou o art. 7º, inc. VIII, da Lei Anticorrupção, cumprindo a determinação contida no parágrafo único do referido artigo.¹⁰ Estabelece os seguintes parâmetros para a avaliação da existência e aplicação dos programas de integridade, conforme incisos do art. 42:

I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;

II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;

III - padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;

V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

¹⁰ Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do *caput* serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal.

VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;

VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

IX - independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;

X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

XI - medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

XII - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

XIV - verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de

irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

XV - monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e

XVI - transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.

O Decreto 8.420/2015 impõe, ainda, constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade. Merece destaque, contudo, conforme já antecipado, que, conforme o § 3º do art. 42, na avaliação de microempresas e empresas de pequeno porte, serão reduzidas as formalidades dos parâmetros previstos nesse artigo, não se exigindo, especificamente, os incisos III, V, IX, X, XIII, XIV e XV do *caput*.

A Portaria CGU 909/2015 regulamentou o disposto no inciso V do art. 18 e no inciso IV do art. 37 do Decreto 8.420/2015, estabelecendo os termos a serem considerados quando da avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas. Destacam-se, na portaria, os seguintes dispositivos:

Art. 2º Para que seu programa de integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar:

I - relatório de perfil; e

II - relatório de conformidade do programa.

Art. 3º No relatório de perfil, a pessoa jurídica deverá:

I - indicar os setores do mercado em que atua em território nacional e, se for o caso, no exterior;

II - apresentar sua estrutura organizacional, descrevendo a hierarquia interna, o processo decisório e as principais competências de conselhos, diretorias, departamentos ou setores;

III - informar o quantitativo de empregados, funcionários e colaboradores;

IV - especificar e contextualizar as interações estabelecidas com a administração pública nacional ou estrangeira, destacando: a) importância da obtenção de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas atividades; b) o quantitativo e os valores de contratos celebrados ou vigentes com entidades e órgãos públicos nos últimos três anos e a participação destes no faturamento anual da pessoa jurídica; c) frequência e a relevância da utilização de agentes intermediários, como procuradores, despachantes, consultores ou representantes comerciais, nas interações com o setor público;

V - descrever as participações societárias que envolvam a pessoa jurídica na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada; e

VI - informar sua qualificação, se for o caso, como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 4º No relatório de conformidade do programa, a pessoa jurídica deverá:

I - informar a estrutura do programa de integridade, com: a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do caput do art. 42 do Decreto nº 8.420, de 2015, foram implementados; b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea “a” deste inciso foram implementados; c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea “a” deste inciso, frente às especificidades da pessoa jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do programa de integridade na rotina da pessoa jurídica, com histórico de dados, estatísticas e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do programa de integridade na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo objeto da apuração.

§ 1º A pessoa jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

§ 2º A comprovação pode abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

Segundo o art. 5º dessa portaria, a avaliação do programa de integridade deverá levar em conta as informações prestadas e sua comprovação, valendo transcrever os parágrafos desse artigo:

§ 1º A definição do percentual de redução considerará o grau de adequação do programa de integridade ao perfil da empresa e de sua efetividade.

§ 2º O programa de integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 2013, não será considerado para fins de aplicação do percentual de redução de que trata o caput.

§ 3º A concessão do percentual máximo de redução fica condicionada ao atendimento pleno dos incisos do caput do art. 4º.

§ 4º Caso o programa de integridade avaliado tenha sido criado após a ocorrência do ato lesivo objeto da apuração, o inciso III do art. 4º será considerado automaticamente não atendido.

§ 5º A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o caput deste artigo.

De fato, os programas de integridade devem ser estruturados, aplicados e atualizados de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, tal como se depreende do disposto no § 1º do art. 42 do Decreto 8.420/2015:

§ 1º Na avaliação dos parâmetros de que trata este artigo, serão considerados o porte e especificidades da pessoa jurídica, tais como:

- I - a quantidade de funcionários, empregados e colaboradores;
- II - a complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias ou setores;
- III - a utilização de agentes intermediários como consultores ou representantes comerciais;
- IV - o setor do mercado em que atua;
- V - os países em que atua, direta ou indiretamente;
- VI - o grau de interação com o setor público e a importância de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;
- VII - a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o grupo econômico; e
- VIII - o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Além da portaria mencionada e com fundamento no § 4º do art. 42 do Decreto 8.420/2015 (“Caberá ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União expedir orientações, normas e procedimentos complementares referentes à avaliação do programa de integridade de que trata este Capítulo”), a CGU divulgou o guia *Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas* (BRASIL, 2015b), que aponta cinco pilares desse programa, quais sejam:

- comprometimento e apoio da alta direção;
- definição de instância responsável;
- análise de perfil e riscos;

- estruturação das regras e instrumentos; e
- estratégias de monitoramento contínuo.

O guia não tem caráter normativo ou vinculante, buscando apenas orientar, apresentando exemplos práticos de conduta de combate à corrupção, como suborno de agentes públicos nacionais ou estrangeiros, fraude em processos licitatórios, embaraço às atividades de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos.

Em sua introdução, logo no primeiro parágrafo aponta que a corrupção é responsável por “distorções que impactam diretamente a atividade empresarial, em razão da concorrência desleal, preços superfaturados ou oportunidades restritas de negócios” (BRASIL, 2015b, p. 5). E na conclusão sinaliza vantagens¹¹ decorrentes da adoção de um programa de *compliance* efetivo:

Cada vez mais o mercado vem valorizando empresas comprometidas com a integridade, que passam a ter uma vantagem competitiva diante dos concorrentes e critérios diferenciais na obtenção de investimentos, créditos e financiamentos. (BRASIL, 2015b, p. 26).

Ao expor os pilares supramencionados, o guia aponta que “cada programa de integridade deve ser construído para atender às necessidades da empresa, observando suas características e riscos da área de negócio” (BRASIL, 2015b, p. 7), mas procura dar exemplos e orientações gerais.

¹¹ O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle criou o programa “Empresa Pró-Ética”. A cada ano é realizado um evento com a entrega do selo Pró-Ética para as empresas que cumprem os requisitos estabelecidos. Com isso, as empresas obtêm do público o reconhecimento do comprometimento com a prevenção e o combate à corrupção.

Em relação ao comprometimento e apoio da alta direção, primeiro dos cinco pilares, vale transcrever os seguintes trechos:

Caso os dirigentes tenham conhecimento sobre possíveis irregularidades e não adotem as providências cabíveis, ou se evitem intencionalmente tomar conhecimento de fatos que lhe criariam responsabilidades, torna-se evidente a falta de comprometimento real com o Programa de Integridade.

(...) é essencial garantir que os chefes sejam enfáticos quanto à não tolerância do cometimento de atos lesivos contra administração pública nacional e estrangeira e contrários aos princípios da empresa, ainda que isso signifique, em última instância, deixar de fazer negócio. (BRASIL, 2015b, p. 8).

Quanto à definição de instância responsável, o guia aponta a necessidade de garantir que essa instância tenha as condições para colocar o programa em prática, com recursos financeiros, materiais e humanos adequados, indicando que essa instância “deve, ainda, ter competência para garantir que os indícios de irregularidade sejam apurados de forma efetiva, ainda que envolvam outros setores ou membros da alta direção” (BRASIL, 2015b, p. 10).

Quanto ao terceiro pilar, da análise de perfil e riscos, o guia traz exemplos e orientações acerca de hospitalidades, brindes e presentes, patrocínios e doações, valendo destacar as diretrizes para a contratação de terceiros:

Antes de realizar a contratação de terceiros, é recomendável averiguar se a pessoa física ou jurídica possui histórico de envolvimento em atos lesivos contra a admi-

nistração pública. Caso seja pessoa jurídica, é aconselhável ainda verificar se possui Programa de Integridade que diminua o risco de ocorrência de irregularidades e que esteja de acordo com os princípios éticos da contratante. (BRASIL, 2015b, p. 18).

Além disso, o Guia aponta que “contínuo monitoramento deve ser voltado para o controle das ações daqueles que podem praticar atos em benefício ou interesse da empresa, pouco importando a natureza de seu vínculo” (BRASIL, 2015b, p. 13).

Em seguida, o guia trata do quarto pilar, que é a estruturação das regras e instrumentos, como “o estabelecimento de níveis de aprovação para determinados procedimentos, que, a depender do grau do risco identificado, podem incluir até mesmo a aprovação pela área responsável pelo programa de integridade” (BRASIL, 2015b, p. 15), ou regras que imponham a rotatividade de empregados em determinadas funções, ou que impeçam que um empregado compareça sozinho a reuniões com terceiros, tais como agentes públicos.

A empresa deve elaborar ou atualizar o código de ética ou de conduta e as regras políticas e procedimentos de prevenção de irregularidades. Ainda nesse quarto pilar, o guia recomenda desenvolver “mecanismos de detecção ou reportes de irregularidades (alertas ou *red flags*; canais de denúncia; mecanismos de proteção ao denunciante), definir medidas disciplinares para os casos de violação e medidas de remediação” (BRASIL, 2015b, p. 7). Ele recomenda também a elaboração de um plano de comunicação em treinamento e garantir que o programa seja parte da rotina da empresa.

Igualmente relevante no quarto pilar é a Política Relativa a Registros e Controles Contábeis:

O estabelecimento de procedimentos rígidos para o registro contábil é essencial para identificação de impropriedades. Suborno, assim como outras práticas ilícitas, é geralmente disfarçado contabilmente em pagamentos legítimos como comissões, consultorias, gastos com viagens, bolsas de estudo, entretenimento, etc.

Para fins da Lei nº 12.846/2013, o que se espera nos casos de registros que envolvam situações de risco à integridade é a empresa impor regras de controle que garantam que os registros contábeis sejam mais detalhados, ou seja, analíticos e com histórico elaborado. (BRASIL, 2015b, p.17).

Por fim, devem ser previstas regras e instrumentos voltados à remediação de ilícitos detectados: a empresa deve prever e aplicar sanções disciplinares aos envolvidos, recomendando-se que a adoção dessas medidas seja divulgada para funcionários e terceiros, a fim de reforçar publicamente a não tolerância da empresa com a prática de ilícitos.

Uma vez que a investigação confirme a ocorrência de ato lesivo envolvendo a empresa, devem ser tomadas providências para assegurar a imediata interrupção daquele ato, cabendo à empresa providenciar soluções e reparar efeitos causados. Os dados obtidos na investigação interna irão subsidiar uma cooperação efetiva com a administração pública, com a comunicação às autoridades competentes sobre a ocorrência do ato lesivo, bem como, no decorrer das apurações que venham a ser deflagradas pelas autoridades, o fornecimento de informações e esclarecimentos.

O guia recomenda que a empresa identifique previamente os órgãos que tenham competência para investigar e para punir os eventuais

ilícitos, de acordo com a esfera e o poder envolvido, e que o programa de integridade tenha a previsão dos trâmites a serem seguidos para subsidiar a decisão de cooperar com investigações em curso em órgãos governamentais. A empresa pode, ainda, prever a realização de investigações independentes.

O quinto pilar do programa de integridade são as estratégias de monitoramento contínuo. O guia sugere relatórios regulares e testes, por meio de entrevistas com os funcionários, por exemplo, para verificar se todos estão cientes sobre valores e práticas da empresa, sugerindo, ainda, que a empresa submeta suas políticas e medidas de integridade ao processo de auditoria.

Importante ressalva consta da conclusão do guia, no sentido de que os cinco pilares mencionados são interdependentes. Ainda relevante é a recomendação de se conferir especial atenção à documentação de todas as ações implementadas para fins de comprovação de sua efetividade, tendo em vista que “o Programa de Integridade é um elemento de defesa da empresa” (BRASIL, 2015b, p. 25).

De fato, o § 2º do art. 42 do Decreto 8.420/2015 estabelece que

o programa de integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 2013 não será considerado para fins de aplicação do percentual de redução.

Perspectivas que justificam a opção pela adoção e manutenção de um programa efetivo de *compliance*

Um programa de *compliance* robusto serve como poderoso instrumento de atribuição de responsabilidades nas hipóteses de violação do cuidado, por parte tanto dos empregados quanto dos terceiros que se relacionam com a empresa. Mesmo em uma estrutura complexa, o cenário atual é propício à responsabilização dos órgãos dirigentes, com base em pressupostos normativistas que permitiram a revisão das categorias de autoria e participação especialmente para mitigar as dificuldades de imputação de delitos cometidos em estruturas organizadas,¹² o que pode atualmente resultar na imposição de penas aos administradores, como visto na segunda seção.

Mesmo que se verifique a ocorrência de um ilícito no âmbito da empresa, a existência de um programa de *compliance* efetivo pode levar ao reconhecimento de uma excludente de tipicidade: quando for possível demonstrar que o fato imputado como crime se deu no exclusivo âmbito de liberdade de agente delegado, desde que não se verifique qualquer resquício subjetivo de influência do delegante. Para se afastar o risco de responsabilização da empresa e de seus dirigentes, portanto, é mister demonstrar que suas iniciativas diminuíram o risco de ocorrência de ilícitos.

¹² Idealizada por Roxin para os casos de delitos praticados durante a época nazista, a autoria por “aparatos organizados de poder” passou a ser estendida para o contexto da delinquência empresarial, tendo sido citada a teoria do domínio do fato no julgamento da AP 470 (ROXIN, 2000, p. 269 ss).

Vale mencionar precedente em que o STF deu provimento parcial a recurso extraordinário (BRASIL, 2014) interposto pelo Ministério Público Federal em face de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendera que a pessoa jurídica não poderia figurar sozinha no polo passivo da ação penal (para ser responsabilizada criminalmente) e, por isso, dera provimento a recurso ordinário, trancando a ação penal decorrente de denúncia contra Petrobras e duas pessoas físicas pelo crime de poluição previsto no art. 54 da Lei 9.605/1998 (BRASIL, 1998c).

Decisão monocrática do Ministro Menezes Direito negara seguimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal contra acórdão proferido pela Sexta Turma do STJ no Recurso em Mandado de Segurança 16.696/PR. No entanto, o STF deu provimento, por unanimidade a agravo regimental, acolhendo o voto da Ministra Rosa Weber, que sustentou o seguinte:

Não me parece existir no artigo 225, § 3º, da Constituição Federal, condicionamento da responsabilização da pessoa jurídica a uma identificação, e manutenção na relação jurídico-processual, da pessoa física ou natural.

No julgamento do recurso extraordinário ficaram vencidos os ministros Marco Aurélio e Luiz Fux, valendo transcrever a ementa do referido precedente:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. CONDICIONAMENTO DA AÇÃO PENAL À IDENTIFICAÇÃO E À PERSECUÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

1. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.

2. As organizações corporativas complexas da atualidade se caracterizam pela descentralização e distribuição de atribuições e responsabilidades, sendo inerentes, a esta realidade, as dificuldades para imputar o fato ilícito a uma pessoa concreta.

3. Condicionar a aplicação do art. 225, § 3º, da Carta Política a uma concreta imputação também a pessoa física implica indevida restrição da norma constitucional, expressa a intenção do constituinte originário não apenas de ampliar o alcance das sanções penais, mas também de evitar a impunidade pelos crimes ambientais frente às imensas dificuldades de individualização dos responsáveis internamente às corporações, além de reforçar a tutela do bem jurídico ambiental.

4. A identificação dos setores e agentes internos da empresa determinantes da produção do fato ilícito tem relevância e deve ser buscada no caso concreto como forma de esclarecer se esses indivíduos ou órgãos atuaram ou deliberaram no exercício regular de suas atribuições internas à sociedade, e ainda para verificar se a atuação se deu no interesse ou em benefício da entidade coletiva. Tal esclarecimento, relevante para fins de imputar determinado delito à pessoa jurídica, não se confunde,

todavia, com subordinar a responsabilização da pessoa jurídica à responsabilização conjunta e cumulativa das pessoas físicas envolvidas. Em não raras oportunidades, as responsabilidades internas pelo fato estarão diluídas ou parcializadas de tal modo que não permitirão a imputação de responsabilidade penal individual.

5. Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte conhecida, provido. (grifos nossos)

A possibilidade de exclusão completa de responsabilidade da empresa em decorrência de um programa de *compliance* robusto foi expressamente reconhecida pelo Departamento de Justiça Norte-Americano (DOJ) e pela SEC em um caso de condenação de um executivo do banco Morgan Stanley (SEC, 2012).¹³

Ao justificar tal decisão, o DOJ mencionou expressamente ter considerado que a empresa desenvolveu e manteve um sistema de controles internos, com garantias razoáveis de que seus empregados não realizavam pagamento de propinas a funcionários públicos estrangeiros.

A SEC, por sua vez, destacou o fato de o executivo que cometeu a violação ter recebido diversos treinamentos e extensa comunicação e lembretes sobre *compliance* anticorrupção por parte do Morgan Stanley.

A Lei Anticorrupção brasileira, em uma interpretação conjunta do *caput* do art. 2º com o § 1º do art. 3º, não dá margem sequer ao afastamento da sanção à empresa com base na culpa exclusiva de tercei-

¹³ Ver mais em: <https://www.sec.gov/News/PressRelease/Detail/PressRelease/1365171488702>.

ro, pois prevê a aplicação de sanção sempre que o ato de corrupção seja cometido em benefício dela.

Embora a administração pública esteja obrigada a agir em conformidade com a lei, é provável que a questão seja levada ao Judiciário por alguma empresa que, tal como o banco norte-americano, venha a ser beneficiada por algum ato de corrupção, mas demonstre ter agido de forma diligente para evitar tal prática, tendo em vista a máxima segundo a qual *nullun crimen sine culpa*.

Investigadas pela Operação Lava-Jato, dezenas de empresas já responderam a processos administrativos de responsabilização instaurados pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), com base na Lei Anticorrupção. No entanto, ainda não se teve notícia de nenhum questionamento judicial do resultado desses PARs.¹⁴

Ainda assim, no que tange à responsabilização criminal, pode-se afirmar que um programa de *compliance* eficiente é capaz de impedir a condenação de administradores da empresa que não tenham tido envolvimento com o crime praticado em benefício da empresa.

Por outro lado, diante da tendência, apontada na segunda seção, de expansão do Direito Penal, com a flexibilização de regras de imputação, deixar de implantar um programa de *compliance* e de buscar torná-lo eficiente expõe a empresa e sua alta administração ao risco não apenas de sanções administrativas, mas, também, penais.

¹⁴ Em março de 2018, oito empresas já tinham sido declaradas inidôneas (Mendes Júnior, Skanska, Iesa Óleo & Gás, Jaraguá Equipamentos Industriais, GDK S.A., Alumini Engenharia S.A. e Tomé Engenharia S.A.), enquanto quatro tiveram o processo arquivado por falta de provas: NM Engenharia, Egesa, Niplan e Construcap (BRASIL, 2018).

Conclusão

O estudo da Lei Anticorrupção, a partir de uma contextualização, realizada na segunda seção, e da análise de sua regulamentação pelo Decreto 8.420/2015 e pela Portaria CGU 909/2015, bem como do guia *Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas*, divulgado pela CGU, empreendida na terceira seção, permitiu concluir que a simples elaboração de um código de ética, por exemplo, não é suficiente para ensejar a redução de sanções que possam vir a ser impostas à pessoa jurídica.

A efetividade de um programa de *compliance* exige a estruturação de regras e instrumentos, mas, também, a definição de instância responsável (a designação de um *compliance officer* e/ou comitê de *compliance*, por exemplo), o comprometimento e apoio da alta direção da empresa, a análise de perfil de sua atuação e riscos envolvidos e estratégias de monitoramento contínuo.

Além da possibilidade de redução das penalidades previstas na Lei Anticorrupção, o grande incentivo para tal esforço, no que tange aos administradores das empresas, está, porém, na perspectiva de que tal programa seja capaz de prevenir ilícitos e não apenas de afastar a responsabilização criminal de seus administradores.

Referências

ALMEIDA, Felipe Lima de. *Causalidade e imputação no direito penal: análise crítica da moderna teoria da imputação objetiva no ordenamento jurídico brasileiro*. Rio de Janeiro: Mundo Jurídico, 2013.

BARROS, Marco Antonio. *Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BITTENCOURT, Sidney. *Comentários à lei anticorrupção: Lei 12.846/2013*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Crimes de perigo abstrato e princípio de precaução na sociedade de risco*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. CGU declara inidônea empresa Sanko Sider. Notícias, 2018, 03. 20. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/03/cgu-declara-inidonea-empresa-sanko-sider>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Portaria CGU nº 909, de 7 de abril de 2015. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, seção 1, Brasília, DF, ano XX, n. 66, p. 3, 8 de abril de 2015a. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_CGU_909_2015.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas*. 2015b. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000. Promulga a convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais de 1997. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3678.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. Promulga a convenção Interamericana contra a Corrupção, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 152, de 25 de junho de 2002. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5687.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. 2015c. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 1998c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. 1998b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.714, de 25 de novembro de 1998. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. 1998a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9714.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Torna mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Corregedoria-Geral da União (CGU). *Manual prático de cálculo de multa no Par*, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/assuntos/responsabilizacao-de-empresas/lei-anticorrupcao/Manualprtico_clculodemulta_PAR_dez2018.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (1ª Turma). Habeas Corpus 118891. Relator: Min. Edson Fachin, julgado em 1º de setembro de 2015, processo eletrônico DJe-209, publicado em 20 de outubro de 2015. 2015d.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (1ª Turma). Recurso Extraordinário 548181, Relatora: Min. Rosa Weber, julgado em 6 de agosto de 2013, Acórdão Eletrônico DJe-213, publicado em 30 de outubro de 2014. 2014.

CARVALHOSA, Modesto. *Considerações sobre a lei anticorrupção das pessoas jurídicas*: Lei 12.846/2013. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. *O combate à corrupção e comentários à lei de responsabilidade de pessoas jurídicas*: Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013. São Paulo: Saraiva, 2015.

HAENSEL, Taimi. *A figura dos gatekeepers*: aplicação às instituições intermediárias do mercado organizado de valores mobiliários brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HASSEMER, Winfried. Linhas gerais de uma teoria pessoal do bem jurídico. In: GRECO, Luís; TÓRTIMA, Fernanda Lara (org.). *O bem jurídico como limitação do poder estatal de incriminar?* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 15-24.

HASSEMER, Winfried. Segurança pública no estado de direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 5, p. 55-69, jan.-mar., 1994.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis *et al.* *Sociedade de risco e direito penal*: uma avaliação de novas tendências político-criminais. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. *Direito de intervenção e direito administrativo sancionador*: o pensamento de Hassemer e o direito penal brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. *Hassemer e o direito penal brasileiro*: direito de intervenção, sanção penal e administrativa. São Paulo: IBCCRIM, 2013.

ROXIN, Claus. *Autoría y dominio del hecho em derecho penal*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

RUIVO, Marcelo Almeida. Brevíssimas observações sobre a gestão fraudulenta na AP 470/STF (caso mensalão). *Boletim do IBCCRIM*, São Paulo, v. 242, jan. 2013. Disponível em <https://www.ibccrim.org.br/boletim/283-242-Janeiro2013>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SCHÜNNEMANN, Bernd. *Consideraciones críticas sobre la situación espiritual de la ciencia jurídico-penal alemana*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 1998.

SEC – U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. *SEC charges former Morgan Stanley executive with FCPA violations and investment adviser fraud*. Washington, D.C., Apr. 25, 2012. Press release. Disponível em: <https://www.sec.gov/news/press-release/2012-2012-78htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SILVA SÁNCHEZ, Jesus Maria. *A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. 2. ed. Tradução Luiz Otavio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SUTHERLAND, Edwin Hardin. *White collar crime*. New York: Dryden Press, 1949.